



## Tribunais de 1.ª instância com custo total de funcionamento superior a 400 milhões de euros

Os tribunais de primeira instância registaram, em 2007, um custo total de funcionamento que ronda os 404 milhões de euros, o que representa cerca de 38 euros por cada português, revela um estudo da Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ)

De acordo com o estudo oficial relativo a 2007, a que agência Lusa teve acesso, o custo total de funcionamento dos 377 tribunais de primeira instância foi de 403.947.577 euros, numa despesa de 3.811.151 euros por cada 100 mil habitantes.

Destes 403.947.577 euros, 91,5 por cento (369.418.472 euros) são gastos com Recursos Humanos (RH) e 8,6 por cento (34.529.104 euros) com despesas de funcionamento.

Quanto à verba despendida em RH (369.418.472 euros), 50,3 por cento está adstrita a magistrados, enquanto 49,7 por cento é gasta com funcionários de Justiça, que inclui oficiais de justiça e pessoal do regime geral.

Os magistrados judiciais implicam uma verba de 88.013.623 euros, seguido dos magistrados do Ministério Público (83.092.991 euros) e magistrados dos Tribunais Administrativos e Fiscais (14.677.724 euros).

Com os oficiais de justiça foram gastos 179.604.672 euros e com o pessoal do regime geral mais de quatro milhões de euros.

As despesas de funcionamento (34.529.104 euros) repartem-se pelas rubricas de despesas certas (18.224.270 euros), o que representa 52,8 por cento, despesas certas de montante variável (11.938.554 euros), ou seja 34,6 por cento, e por despesas variáveis (4.366.554 euros), numa fatia de 12,6 por cento.

Os dados da DGAJ indicam ainda que, em média, um tribunal de primeira instância, a nível nacional, custa 1.071.479 euros, que um tribunal no Continente custa em média mais do que um tribunal nos Açores e na Madeira e que um tribunal na região de Lisboa custa em média mais do que um tribunal nas restantes regiões (das NUTS II).

**«Este facto deve-se à maior concentração de recursos humanos»**, explica o estudo, que refere que **«são as despesas com os recursos humanos (magistrados e funcionários) que influenciam o custo total de funcionamento dos tribunais (representam cerca de 92 por cento do custo total)»**.

O estudo aponta também que são os custos médios dos tribunais, no Continente, do Distrito Judicial de Lisboa e em Lisboa, que apresentam percentagens mais expressivas.

Considerando como exemplos o tribunal com maior custo total de funcionamento e o tribunal com o menor custo total de funcionamento, o estudo menciona que o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa apresenta cerca de 8.042.351 euros em despesas com os recursos humanos (RH) (95,5 por cento do custo total de funcionamento do tribunal) e cerca de 377.112 euros em despesas de funcionamento (4,5 por cento do custo total do tribunal), num total de 8.419.463 euros.

O Tribunal Judicial de Monchique apresenta 85.674 euros em despesas com os RH (87,2 por cento do custo total de funcionamento do tribunal) e cerca de 12.627 euros em despesas de funcionamento (12,8 por cento do custo total do tribunal), num total de 98.300 euros, sendo este o tribunal de primeira instância com orçamento afecto com o menor custo total de funcionamento.

O estudo da DGAJ destaca que 137 tribunais (cerca de 33 por cento do total) estão acima da média do custo total de funcionamento e que destes 39,4 por cento encontram-se distribuídos pelo Distrito Judicial de Lisboa e 33,6 por cento pelo Distrito Judicial do Porto.

No universo dos tribunais acima da média do custo total de funcionamento, são os tribunais judiciais que concentram maior despesa (45,3 por cento), seguindo-se as secretarias judiciais (8 por cento).

Por outro lado, 275 tribunais (cerca de 67 por cento do total) estão abaixo da média do custo total de funcionamento.

O estudo conclui ainda que 1,5 por cento dos tribunais apresentam um custo total quatro vezes superior à média do custo total de funcionamento.

Quanto aos indicadores de custos por tipo de tribunal, o estudo sublinha que uma Vara Mista custa em média 2.124.770 euros, valor superior aos restantes tipos de tribunal e praticamente o dobro em relação à média nacional de 1.071.479 euros.

**«Tal valor resulta do facto de apenas cinco Varas Mistas terem um custo total de funcionamento de 10.623.849 euros»**, diz o estudo.

Numa listagem de custo médio por tipo de tribunal as Varas Mistas aparecem no lugar cimeiro, seguido das Secretarias-Gerais, Tribunais de Família e Menores, Tribunais Administrativos e Fiscais (TAF), Tribunais Judiciais e, por último, Tribunais de Trabalho.

O relatório evidencia, entre outros pontos, que uma Vara Mista apresenta um custo médio mais elevado nos Distritos Judiciais de Coimbra e do Porto e que é no Distrito Judicial de Lisboa que os Tribunais de Família e Menores apresentam um custo médio mais elevado.

Relativamente aos custos por número de processos, o estudo, tendo em conta os vários indicadores, salienta que **«um tribunal de primeira instância gasta em média cerca de 525 euros por processo findo»**, concluindo ainda que **«para cada magistrado, a nível nacional (sem discriminação do tipo de processo), corresponde um total de cerca de 278 processos findos, para o ano de 2006»**.

O estudo revela que **«existe maior concentração de tribunais de primeira instância, no continente, no Distrito Judicial do Porto, no Norte (NUT II), sendo os tribunais judiciais os que contam em maior número»**.

O Distrito Judicial de Lisboa concentra o maior número de magistrados, mas o Distrito Judicial do Porto concentra um maior número de funcionários de Justiça.

Os dados indicam que são os processos findos cíveis que apresentam maior peso no cômputo dos processos findos, nas várias áreas territoriais.

Lusa / SOL

02.12.2008